



Instituto dos Advogados Brasileiros

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050
Tel.: (21) 2240-3221 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br*

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS

PROPOSTA DE INDICAÇÃO

EMENTA: Projeto de Lei nº 4.401, de 2021 que dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições.

Palavras-chave: Criptoativos. sistema de licenciamento das exchanges. Tipo penal específico.

Exmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros

Apresento nova proposta de Indicação tendo em vista que a Indicação nº 11/2022 do PL 3825 de 2019 ficou prejudicada pelo decidido no Plenário do Senado, na sessão do dia 19 de abril de 2022:

(...) pronunciemo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 3.825, de 2019, e n. 4.401, de 2021, e das Emendas de Plenário



Instituto dos Advogados Brasileiros

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050
Fels.: (21) 2240-3221 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br*

apresentadas. No mérito, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.401, de 2021, na forma do Substitutivo, restando prejudicado o Projeto de Lei n. 3.825, de 2019, com a incorporação total das Emendas n. 5, 7, 11, 13, 14 e 18 e parcial das Emendas n. 4 e 19, e rejeição das demais Emendas de Plenário



Instituto dos Advogados Brasileiros

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050
Tel.: (21) 2240-3221 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br*

ao Projeto de Lei n. 3.825, de 2019, e ao Projeto de Lei n. 4.401, de 2021.

O projeto de lei do Senado nº 4.401, de 2021, casa revisora, tem como número 2303/2015, na casa originária, Câmara dos Deputados.

O projeto de lei dispõe sobre a prestadora de serviços de ativos virtuais; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e as Leis nºs 7.492, de 16 de junho de 1986, e 9.613, de 3 de março de 1998, para incluir a prestadora de serviços de ativos virtuais no rol de instituições sujeitas às suas disposições.

Na sua justificção projeto de lei na casa originária está exposto:

(...) Em certa medida acreditamos que tanto o Banco Central como o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e os órgãos do consumidor já tem competência para fiscalizar e regular moedas virtuais. No entanto, entendemos que as legislações que conferem tais atribuições podem ser mais transparentes em relação a tais atribuições, o que evita desnecessários questionamentos judiciais. Sendo assim, endereçamos no projeto de lei proposto três questões relacionadas às moedas virtuais, uma em cada artigo: i) regulação prudencial pelo Banco Central, ii) lavagem de dinheiro e outras atividades ilegais e iii) defesa do consumidor. Deixamos claro no art. 1º que os “arranjos de pagamento” citados no inciso I do art. 9º da Lei 12.865, de 09 de outubro de 2013 inclui “aqueles baseados em moedas virtuais e programas de milhagens aéreas”. Ademais, deixamos claro no art. 2º que as operações que envolvem moedas virtuais estão incluídas na fiscalização do COAF: Por fim, não deixamos margem a dúvida de que a legislação de defesa do consumidor se aplica ao mundo das moedas virtuais no art. 3º.



Instituto dos Advogados Brasileiros

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050
Tel.: (21) 2240-3221 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br*

Na modesta opinião da ora proponente, o projeto de lei merece análise, posto que a falta de legislação específica no ordenamento jurídico brasileiro dificulta que o mercado de cirptoativos se desenvolva e não coibi práticas ilícitas para com aos investidores.



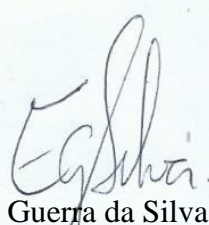
Instituto dos Advogados Brasileiros

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050
Tel.: (21) 2240-3221 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br*

Ademais, as exchanges nacionais que fazem parte da ABCripto apoiam amplamente a regulamentação do setor de cripto no país com a esperança de frear a atuação de corretoras estrangeiras que atuam irregularmente no Brasil.¹

É o que, *sub censura*, propomos, esperando merecer a aprovação do Exmo. Sr. Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros, em medida de urgência, com encaminhamento, em especial, à Comissão de Direito Empresarial.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2022.



Érica Guerra da Silva
Proponente



Instituto dos Advogados Brasileiros

*Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-050
Tel.: (21) 2240-3221 / 2240-3173 www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br*

¹ <https://www.infomoney.com.br/mercados/pl-que-regula-criptomoedas-e-aprovado-em-comissao-do-senado-entenda-a-proposta-e-o-que-dizem-os-especialistas/>